

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | Época Especial | Ensino Secundário | 2021

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Para cada resposta, identifique o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

* 1. Selecione a opção em que é formulado um problema filosófico.

- (A) Há animais que sentem dor e outros que não sentem?
- (B) Os animais são dignos de consideração moral?
- (C) Existem leis que protegem os animais?
- (D) O que explica os maus-tratos a animais?

2. Considere o argumento seguinte.

As pessoas bondosas estudam Ética.

Quem estuda Ética considera os interesses dos outros.

Logo, as pessoas bondosas consideram os interesses dos outros.

O argumento anterior

- (A) não é sólido, porque é inválido e tem conclusão falsa.
- (B) é sólido, porque as premissas são todas verdadeiras.
- (C) não é sólido, porque tem, pelo menos, uma premissa falsa.
- (D) é sólido, porque é válido e a sua conclusão é verdadeira.

3. Considere os diálogos seguintes.

(I)

João – Estou com dificuldades em Matemática. Podes ajudar-me, Luís?

Luís – Poderia, mas isso não seria bom para ti. Se eu te ajudar agora, vais sempre precisar da minha ajuda e, no futuro, perante qualquer dificuldade, procurarás alguém para resolver por ti as tuas dificuldades.

(II)

Tânia – A Grande Conjunção de Saturno e Júpiter ocorreu em dezembro de 2020, pouco tempo antes de eu ter recebido a oferta de emprego com que sempre sonhei.

Ana – Isso mostra que tal oferta foi causada pela Grande Conjunção.

(III)

Paula – Creio que incentivar o uso de bicicletas e desenvolver a rede de transportes coletivos é mais sensato do que apostar na substituição do parque automóvel dependente da indústria petrolífera por um parque automóvel dependente da mineração de lítio.

Miguel – A tua posição é típica de um sonhador irrealista, sem grandes responsabilidades familiares, que pode fazer a sua vidinha a passear de bicicleta.

O Luís, a Ana e o Miguel incorrem, respetivamente, nas seguintes falácias.

- (A) Falso dilema; amostra não representativa; *ad hominem*.
- (B) Falso dilema; falsa relação causal; boneco de palha.
- (C) Derrapagem; amostra não representativa; boneco de palha.
- (D) Derrapagem; falsa relação causal; *ad hominem*.

4. Atente no excerto seguinte, extraído da obra em que Copérnico procura mostrar que é errada a velha teoria de Ptolomeu segundo a qual a Terra é imóvel e todos os corpos celestes giram à sua volta.

Segundo Ptolomeu de Alexandria, se a Terra se movesse com uma rotação diária [...], teria de haver um movimento muito rápido [...] para poder levar a Terra a fazer um circuito completo em 24 horas. Realmente, as coisas que fazem uma rotação veloz parecem extremamente incapazes de se associar e capazes de se dispersar [...], e os seres vivos e outros corpos pesados e soltos ainda menos teriam ficado nos seus lugares. [...]

Mas por que razão não se levanta a mesma questão, ainda com mais intensidade, acerca do Universo, cujo movimento tem de ser tanto mais rápido quanto o Céu é maior do que a Terra?

N. Copérnico, *As Revoluções dos Orbes Celestes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 38-39. (Texto adaptado)

Neste excerto, para contra-argumentar, Copérnico recorre a

- (A) um argumento por analogia.
- (B) uma previsão indutiva.
- (C) um argumento de autoridade.
- (D) uma generalização.

5. Para o subjetivista moral, o juízo de que roubar é errado

- (A) corresponde a um facto moral que a razão pode descobrir.
- (B) reflete a reprovação do roubo pela sociedade.
- (C) exprime uma preferência individual por não roubar.
- (D) decorre da vontade de uma autoridade divina.

- * 6. De acordo com o determinismo radical, afirmar que uma certa ação é provável ou que, pelo contrário, é improvável são modos de

- (A) descrever um facto objetivo do mundo.
- (B) referir que a nossa informação é incompleta.
- (C) especificar em que grau essa ação é determinada.
- (D) mostrar que há acaso na natureza.

7. Há uma grande diversidade na arte. São arte uma sinfonia e uma escultura, uma pintura e uma canção, um filme e um bailado, um romance e uma ópera, um poema e uma fotografia. Além disso, a diversidade de géneros e correntes em cada uma das formas de arte aumenta a nossa perplexidade. Muitas pessoas chegam a pensar que, desde a coisa mais excecional e bela à mais banal, tudo pode ser arte.

A diversidade que existe na arte é apresentada por alguns filósofos como uma razão para questionar

- (A) o carácter valioso da arte.
- (B) a tentativa de classificar as artes.
- (C) o propósito comum às artes.
- (D) a ideia de que a arte é definível.

* 8. Leia os excertos seguintes.

I

Quando no poeta se repreende uma falta contra a verdade, há talvez que responder como Sófocles: que ele representava os homens tais como devem ser, e Eurípides os representava tais como são.

Aristóteles, *Poética*, Lisboa, IN-CM, 1986, p. 144. (Texto adaptado)

II

Talvez o que traz maior valor artístico seja a galeria de arte, pois a aceitação desta pode tornar quase tudo em arte.

P. Cave, *Duas vidas valem mais que uma?*, Alfragide, Academia do Livro, 2008, p. 192.

Identifique as perspetivas acerca da natureza da arte presentes nos textos I e II.

- (A) I: representacional; II: institucional.
- (B) I: expressivista; II: histórica.
- (C) I: representacional; II: histórica.
- (D) I: expressivista; II: institucional.

9. Considere a afirmação seguinte.

O princípio da eficiência não pode, por si só, servir como conceção da justiça.

J. Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Presença, 2001, p. 75.

De acordo com Rawls, para que uma sociedade eficiente do ponto de vista económico seja também justa,

- (A) basta que as pessoas tenham iguais oportunidades de educação e possam competir numa posição de igualdade perante a lei.
- (B) a distribuição da riqueza deve incentivar os mais talentosos e beneficiar o mais possível os menos favorecidos.
- (C) basta que o rendimento obtido por cada indivíduo se ajuste às suas capacidades e ao seu esforço.
- (D) a soma dos benefícios à disposição de todos deve assegurar a maior felicidade possível.

* 10. O princípio da justiça que tem prioridade sobre os restantes diz respeito

- (A) às liberdades.
- (B) aos rendimentos.
- (C) ao bem-estar.
- (D) à redistribuição.

* 11. Hume afirma o seguinte.

Todas as nossas ideias [...] são cópias das nossas impressões.

D. Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*,
Lisboa, Edições 70, 1985, p. 25.

Suponha que discordava da proposição expressa por Hume.

Nesse caso, aplicando o quadrado da oposição, que proposição teria de defender?

Justifique.

* 12. Avalie o argumento seguinte quanto à sua validade, construindo e interpretando uma tabela de verdade.

A nossa vida tem um propósito dado por Deus se e apenas se Deus existir e for o nosso criador.

Ora, é falso que Deus exista e seja o nosso criador.

Logo, a nossa vida não tem um propósito dado por Deus.

Na sua resposta, comece por formalizar o argumento, utilizando o dicionário apresentado.

Dicionário

P: A nossa vida tem um propósito dado por Deus.

Q: Deus existe.

R: Deus é o nosso criador.

13. Leia o texto seguinte.

Para provar que a felicidade é o único critério da moralidade, parece necessário mostrar [...] não só que as pessoas desejam a felicidade, mas também que nunca desejam qualquer outra coisa.

Que diremos, por exemplo, do amor ao dinheiro? [...] O seu valor consiste apenas nas coisas que pode comprar, no desejo de ter outras coisas que não o dinheiro, e que este permite satisfazer. Ainda assim, [...] o dinheiro é, em muitos casos, desejado em si e por si mesmo. O desejo de possuí-lo é frequentemente mais forte do que o desejo de usá-lo [...]. Deste modo, pode dizer-se que, na verdade, o dinheiro não é desejado em função de um fim, mas enquanto parte do fim. [...] Tornou-se um ingrediente [...] da concepção de felicidade do indivíduo. Pode dizer-se o mesmo sobre a maioria dos grandes objetivos da vida humana – o poder, por exemplo, ou a fama [...]. O desejo da sua posse não é diferente do desejo de felicidade, verificando-se o mesmo com o amor à música ou com o desejo de saúde. Estes estão incluídos na felicidade. [...]

Resulta das considerações precedentes que, na verdade, nada é desejado exceto a felicidade. Tudo aquilo que não é desejado como um meio [...] para a felicidade é desejado enquanto parte da felicidade.

J. S. Mill, *Utilitarismo*, Porto, Porto Editora, 2005, pp. 76-78. (Texto adaptado)

*** 13.1.** Que razões apresenta Mill para concluir que «nada é desejado exceto a felicidade»?

*** 13.2.** Imagine que, discordando de Mill, defende que não é a felicidade que tem importância moral, mas sim a felicidade ser merecida.

Como argumentaria a favor da sua posição?

14. Leia o texto seguinte.

Quis procurar [...] outras verdades e, tendo escolhido o objeto dos geómetras, [...] revi algumas das suas demonstrações mais simples. E, tendo notado que a grande certeza que todos lhes atribuem se funda apenas em serem concebidas com evidência, [...] notei também que não existia nelas absolutamente nada que me assegurasse da existência do seu objeto. Pois, por exemplo, via bem que, ao supor um triângulo, era necessário que os seus três ângulos fossem iguais a dois ângulos retos; mas, apesar disso, nada via que me garantisse que no mundo exterior existisse algum triângulo. Ao passo que, voltando a examinar a ideia que eu tinha de um ser perfeito, descobria que a existência estava nela contida, do mesmo modo, ou mais evidentemente ainda, que na ideia de um triângulo está compreendido que os seus três ângulos são iguais a dois ângulos retos [...].

R. Descartes, *Discurso do Método*, Lisboa, Edições 70, 2003, pp. 78-79.

* 14.1. Reconstitua o argumento a favor da existência de Deus apresentado no texto.

* 14.2. Considere a proposição «os três ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos».

Hume diria que esta proposição diz respeito a uma relação de ideias ou antes a uma questão de facto?

Justifique.

* 15. Na sua opinião, o argumento teleológico, ou do desígnio, a favor da existência de Deus é persuasivo?

Justifique.

Na sua resposta, deve:

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

* 16. Será que a ciência progride à medida que mais previsões são verificadas?

Na sua resposta, deve:

- clarificar o problema filosófico inerente à questão formulada;
- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	1.	6.	8.	10.	11.	12.	13.1.	13.2.	14.1.	14.2.	15.	16.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	2.	3.		4.	5.		7.		9.		Subtotal		
Cotação (em pontos)	4 x 11 pontos											44	
TOTAL													200